

COMUNICAÇÃO PÚBLICA NAS UNIVERSIDADES: experiências para a promoção da ciência, da cidadania e da equidade¹

PUBLIC COMMUNICATION AT UNIVERSITIES: experiences to promote science, citizenship and equity

Gisele Pimenta de Oliveira ²

Carolina Pires Araújo ³

Lis Lemos ⁴

Mônica Nogueira ⁵

Resumo: Desafios sociais, políticos e ambientais complexos têm provocado as universidades brasileiras a desenvolver iniciativas de comunicação para a promoção dos direitos humanos e o combate à desinformação. Neste artigo, são descritas e analisadas experiências de comunicação de três universidades: (a) o Podcasts A3, para a veiculação de entrevistas com pesquisadores e o Selo ODS para a agregação de reportagens de ciência relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ambas da Universidade Federal de Juiz de Fora; (b) a Revista Darcy, de jornalismo científico e cultural da Universidade de Brasília; e (c) a estratégia de comunicação mobilizada em torno do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (CoMu) da Universidade Federal da Paraíba. Os casos analisados reafirmam a importância da comunicação pública e científica para o fortalecimento da cidadania no país, mas também indicam serem pertinentes o desenvolvimento de políticas de comunicação nas universidades, a construção de redes interinstitucionais de intercâmbio, a produção transmídia e o estímulo à participação social.

Palavras-Chave: Comunicação pública. Jornalismo científico. Direitos humanos.

Abstract: Social, political and environmental complex challenges have caused Brazilian universities to develop communication initiatives to promote human rights and combat misinformation. In this article, communication experiences of three universities are described and analyzed: (a) Podcasts A3 of interviews with scientists, and the Selo ODS to add science reports about the Sustainable Development Goals, both by Universidade Federal de Juiz de Fora; (b) Revista Darcy, of journalism scientific and cultural by Universidade de Brasília; and (c) a communication strategy mobilized around the Committee for Policies to Prevent and Combat Violence against Women (CoMu) by Universidade Federal da Paraíba. The cases analyzed reaffirm the importance of public and scientific communication for strengthening citizenship in the country, but also indicate to be relevant the development of communication policies in universities, the construction of interinstitutional exchange networks and the transmedia production and incentive to social participation.

Keywords: Public communication. Science journalism. Human rights.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação Pública e Institucional da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília, jornalista na UnB e editora da revista *Darcy*. giselepimentaoliveira@gmail.com.

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, jornalista na UFJF. carolpa.com.jf@gmail.com.

⁴ Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e jornalista na Universidade Federal da Paraíba. lis.carolinne@gmail.com

⁵ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília e docente na UnB. monicacrnogueira@gmail.com.

1. Introdução

Nas últimas duas décadas, as universidades públicas brasileiras protagonizaram ciclos de auge e declínio. De pilar do projeto nacional de inclusão, pluralidade e oportunidade passaram a ser alvo de sucessivos cortes orçamentários e intervenções políticas. De arena pública para o diálogo democrático e desenvolvimento do país, à representação de que são instituições promotoras de “balbúrdia” e aparelhadas ideologicamente (GERALDES; LOPES; OLIVEIRA, 2020). Hoje, a expectativa de retomada, em nível federal, de políticas públicas que valorizem a educação, a ciência e a pesquisa coloca a essas instituições o desafio de se retomar os ideais da “universidade necessária” de Darcy Ribeiro (1969): autônoma; mobilizadora da transformação social e aplicadora dos saberes científico, humanístico e tecnológico para superar os problemas nacionais. Imbuída pelos princípios da comunicação pública, a comunicação institucional feita nas e pelas universidades constitui-se em elo necessário para (re)construir pontes com a sociedade e diminuir a falsa sensação de que a ciência, a tecnologia e a inovação estão distantes do dia a dia das pessoas. Especificamente, defende-se que as universidades públicas articulem diferentes ferramentas e fortaleçam suas equipes, canais e políticas de comunicação para “criar, integrar, interagir e fomentar conteúdos (...) destinados a garantir o exercício da cidadania, o acesso aos serviços e informações de interesse público, a transparência das políticas públicas e a prestação de contas” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011).

Para debater as possibilidades e os desafios da comunicação pública nas universidades, o presente artigo expõe relatos de experiências de três instituições públicas de ensino superior, de diferentes regiões. Elucida-se os conceitos de divulgação e alfabetização científicas (BUENO, 2010; 2014; ARAÚJO, 2017) a partir de duas iniciativas da Universidade Federal de Juiz de Fora: 1) o *Podcasts A3*, produção na qual pesquisadores são convidados para conversar sobre temas atuais e de interesse público; 2) e o “Selo ODS”, ação institucional que articula as produções e divulgações de reportagens científicas aos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável da ONU. Da experiência da Universidade de Brasília com a revista *Darcy*, discute-se características, linguagens e estratégias necessárias ao jornalismo científico e cultural comprometido com o conhecimento e a formação cidadã e crítica (BUENO, 2012), bem como suas contribuições para a formação discente junto a escolas de nível médio no Distrito Federal (VELOSO; RODRIGUES; SCHNOR, 2022). Por último, destaca-se a comunicação como estratégica na experiência do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (CoMu) da Universidade Federal da Paraíba.

Nos três casos, reitera-se o papel da comunicação pública e científica como caminho para aproximar as universidades das práticas cotidianas, promover a cidadania e os direitos humanos e incentivar o pensamento emancipador. Todavia, apresenta-se que, para isso, as equipes de comunicação devem inserir as ações no âmbito de uma política institucional de comunicação, intensificar a colaboração interinstitucional e em rede e ampliar a produção transmídia, lançando mão de linguagens interessantes, simples e acessíveis a diversos públicos.

2. Diálogos em prol do desenvolvimento sustentável na UFJF

Como uma universidade com forte atuação regional na Zona da Mata mineira, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) se posiciona como um polo científico, econômico e cultural de uma área que compreende mais de três milhões de habitantes. Classificada entre as cem melhores universidades da América Latina e entre as mil do mundo, ela tem consolidado reconhecimento nacional e internacional ao longo de seis décadas de existência. Compreende mais de 90 cursos de graduação, 45 programas de pós-graduação, 12 especializações e MBAs ativos, além de diversos programas de residências médica, docente e multiprofissional. O campus avançado de Governador Valadares completou 10 anos em 2022.

O setor responsável pela comunicação institucional⁶ é a Diretoria de Imagem Institucional, que atua na divulgação de ações da Universidade, sobretudo nos âmbitos do ensino, pesquisa, extensão, gestão, cultura e inovação. O quadro profissional conta com servidores e funcionários terceirizados, que atuam nas áreas de Cerimonial e Eventos; Comunicação Externa e Interna; Criação, Audiovisual e Design; Divulgação Científica; e Gestão de Redes Sociais.

A Coordenação de Divulgação Científica (DC) está estruturada desde 2014 na Diretoria, sendo formada por três jornalistas, duas do quadro de servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) e uma terceirizada. O objetivo é desenvolver estratégias de comunicação pública da ciência sob três pilares: dar visibilidade aos resultados de pesquisa e processos científicos para um público amplo e não especialista; elaborar e executar projetos próprios ou outras iniciativas institucionais; e fomentar a cultura de disseminação do conhecimento entre os pesquisadores da UFJF.

A pandemia de Covid-19 representou expressiva mudança na maneira como as pessoas passaram a se informar. Em um cenário de *fake news* e informações não oficiais por canais digitais, houve um movimento também de busca por informações precisas e com o endosso de instituições sérias e respeitadas. As universidades e os centros de pesquisa passaram a estar muito presentes na mídia, especialmente por meio de seus pesquisadores como fontes em matérias jornalísticas. Essa visibilidade possibilitou a expansão de acessos nos próprios canais institucionais. Para se ter uma ideia, dentre as matérias de maior destaque no portal da UFJF, desde fevereiro de 2020, três são relacionadas à pandemia. A primeira “Pandemia e Meio Ambiente: Impactos momentâneos ou nova normalidade?” teve mais de 180 mil visualizações de página, segundo o Google Analytics. Como foi preciso mobilizar a população para adotar novos hábitos de acordo com os protocolos sanitários, a divulgação científica

⁶ Portal www.ufjf.br; Página institucional ufjf.br/noticias/; Instagram [@ufjf](https://www.instagram.com/ufjf); Twitter [@UFJF](https://twitter.com/UFJF); Facebook [@UFJFoficial](https://www.facebook.com/UFJFoficial); YouTube [tvufjf](https://www.youtube.com/tvufjf).

teve um papel de suma importância nessa conscientização, sobretudo de questões controversas ou que envolvem mudanças comportamentais.

Dentre as diversas atividades estruturadas neste sentido, destacam-se duas iniciativas que buscam atender problemas relacionados à questão da visibilidade, reputação e alcance institucionais, de modo a valorizar e consolidar a UFJF nos contextos local, regional e nacional. A primeira ação integra uma demanda institucional e intersetorial pela articulação das ações da Universidade aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁷ da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2019 foi lançada a campanha “Sustentabilidade da vida” e desde então foram realizadas diversas atividades que direcionam para o desenvolvimento sustentável na Universidade.

Em 2022, o setor de Divulgação Científica passou a solicitar que os pesquisadores que tivessem seus trabalhos noticiados pelos meios de comunicação da UFJF indicassem os ODS aos quais estão alinhados. Além dessa informação constar ao final de todas as matérias, há também a identificação visual nas fotos por meio de um selo próprio relacionado à identidade padrão dos Objetivos. A proposta busca não apenas mobilizar a comunidade acadêmica, que ainda tem se mostrado pouco conhecedora tanto dos 17 ODS como das 169 metas, como também despertar na comunidade científica um interesse cada vez maior em alinhar suas pesquisas às metas estabelecidas. Vale pontuar que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são derivados dos Objetivos do Milênio – propostos em 2000 –, e consolidam o acordo firmado em 2015 para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030, devendo envolver, dessa forma, diferentes atores e setores da sociedade, como a iniciativa privada, governos locais e organizações diversas.

Tendo início no dia 17 de fevereiro de 2022, já foram mais de 60 matérias publicadas com o selo, nos mais variados campos do conhecimento, destacando-se as áreas Multidisciplinar, Ciências Biológicas, da Saúde e Exatas. Quanto aos

⁷ Para saber sobre os ODS, acesse: <https://bit.ly/3zZc6km>.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os que mais se sobressaíram foram os ODS 3 (Saúde e bem-estar), 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 15 (Vida Terrestre). Vale mencionar que a indicação fica a cargo dos próprios pesquisadores, sendo deixada de forma livre e com o mínimo de interferência possível. De modo geral, não houve contratempos nesse processo. O movimento de construir projetos de pesquisa alinhados aos Objetivos também já vem sendo feito e proposto pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp) da UFJF. Um professor do campo da Botânica chegou a questionar se a pesquisa dele tinha relação por se tratar de ciência básica mas, após os esclarecimentos e ponderações, ele entendeu o alinhamento e indicou dois ODS.

A experiência positiva, no entanto, não significa que a comunicação institucional esteja imune à complexidade das dimensões simbólica e aspiracional da Agenda 2030 frente ao compromisso das nações e organizações com o futuro. “Nessa perspectiva, é evidente a necessidade de promoção de ações e produtos da cultura que colaborem para influenciar os imaginários sociais na conformação e projeção de uma cultura dos ODS” (KUNSCH; CABRAL; ECHENIQUE, 2022, p.12).

Em paralelo, outra estratégia do setor de Divulgação Científica para ampliar o alcance de suas ações de pesquisa é a realização de podcasts. Por se tratar de um formato relativamente simples e que por isso não exige muito investimento em termos de estrutura de comunicação, em 2022, os podcasts foram uma aposta para trazer discussões e informações do meio científico para o público em geral; sempre com temáticas de interesse amplo e que ainda carecem de uma visão e um debate qualificado. Ao todo, foram lançados onze programas⁸: “A terapêutica e a moralidade do uso de Cannabis”; “Um padrão para chamar de meu: o impacto da internet na busca por procedimentos estéticos”; “Guerra na Ucrânia”; “Visibilidade trans”; “Combate à intolerância religiosa”; “Mulheres na ciência” (esta série foi dividida em seis episódios). Nesse caso, a expectativa é aproximar a instituição de outros públicos, trazendo para plataformas de *streaming*, por meio de conteúdos *on demand*

⁸ Confira: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/encontrosa3>.

– que representam um novo padrão de consumo midiático –, as informações sobre a pesquisa produzida na Universidade.

Em um contexto de desmonte da ciência e tecnologia no país, a comunicação pública da ciência passa a ter ainda mais relevância estratégica, uma vez que ela é capaz de mobilizar toda a sociedade brasileira, reforçando o papel e importância da pesquisa para o desenvolvimento nacional. Um dos conceitos que ainda representa um desafio nas estratégias de divulgação ao tentar aproximar a ciência do cidadão comum é o de alfabetização científica, à medida que é preciso “contextualizar dados, fatos e resultados de pesquisa de modo a garantir sua temporalidade, o desvelamento de intenções e de oportunidades para sua produção e aplicação” (BUENO, 2010). A produção jornalística de pautas científicas tensiona dois polos: o de se manter a integridade dos termos técnicos e conceitos, de um lado, e o de adequar o conteúdo para o repertório linguístico, sociocultural e regional do público, de outro.

Para promover o diálogo, é preciso abrir espaço para debates que se constituem na relação entre a ciência e a sociedade, o mercado e a democracia. Ou além: “recriar o campo da divulgação científica como um mosaico com diferentes partes, um ecossistema diverso com tradições e desafios variados” (CASTELFRANCHI; FAZIO, 2020, p. 146), mas com possibilidade de encontrar soluções a partir de suas interseções e conexões.

Diante das inúmeras dificuldades e limitações de recursos, em todos os níveis, da área de comunicação das instituições de ensino e pesquisa, produzir materiais jornalísticos em diferentes formatos e divulgá-los em múltiplas plataformas já representa uma grande mudança de paradigmas, como um passo para atingir uma audiência cada vez maior e heterogênea da comunidade externa. Certamente, os setores esbarram em outras questões, tais como: Como competir com os meios de comunicação da mídia tradicional? Como tornar os influenciadores digitais não cientistas parceiros nas pautas e temáticas voltadas à pesquisa e inovação? Como atingir pessoas que cada vez mais estão concentradas em nichos específicos? Como equalizar as demandas institucionais com a cobrança e a rotina diárias e gerar um material de qualidade?

O webjornalismo trouxe muitas mudanças na interação com o público, possibilitando que o interlocutor participe em alguma medida dos processos de produção jornalística, seja por meio da indicação de pautas, seja no feedback sobre determinada cobertura. Com isso, as produções digitais precisam considerar o contexto complexo e dinâmico propiciado pelas mídias móveis, especialmente smartphones e tablets, que “reconfiguram a produção, a publicação, a distribuição, a circulação, a recirculação, o consumo e a recepção de conteúdos jornalísticos em multiplataformas” (BARBOSA, FIRMINO DA SILVA, NOGUEIRA, 2012).

Muito além de simplesmente informar para sujeitos passivos e genéricos, trata-se de envolver o cidadão como parte de uma rede articulada que postula questões críticas fundamentais à própria ciência. Não necessariamente se manifestam nos moldes da “Ciência Cidadã” (IRWIN, 1995), com a participação direta em investigações científicas, mas no mínimo como públicos de interesse que transitam por diferentes papéis, posições e contextos sociais. Em um espaço múltiplo, que carrega diversas vozes, pautas e iniciativas, como é o caso do ambiente universitário, viabilizar ações e projetos voltados para esse diálogo é essencial para efetivar uma comunicação alinhada ao desenvolvimento social, econômico e sustentável.

3. A revista *Darcy* e o jornalismo científico para além das fronteiras acadêmicas da UnB

Idealizada há pouco mais de seis décadas pelo antropólogo Darcy Ribeiro e pelo educador Anísio Teixeira, a Universidade de Brasília conta atualmente com 147 cursos de graduação, 93 de mestrado (acadêmico e profissional) e 68 de doutorado, ofertados em seus quatro *campi*, localizados na área central de Brasília (Asa Norte) e em Planaltina, Gama e Ceilândia. Sua população universitária é formada por 41,9 mil estudantes de graduação, 9,9 mil de pós-graduação, 2,5 mil professores e 3,1 mil técnicos-administrativos. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2022)

Os canais oficiais de comunicação da UnB⁹ são geridos pela Secretaria de Comunicação (Secom), unidade administrativa vinculada à Reitoria¹⁰. A missão da Secom abrange três frentes de trabalho: divulgar o conhecimento produzido, dar transparência aos atos e ações da Universidade e zelar por sua imagem institucional¹¹. Entre seus valores de trabalho, o setor inclui o “compromisso com a verdade, apartidarismo e respeito aos princípios” da UnB, sendo suas atividades pautadas pela “diversidade”, “integração da comunidade acadêmica” e “uso racional dos recursos públicos”. (SECOM, 2023)

A produção de conteúdo informativo pauta-se pelo “foco permanente no interesse social” e “a projeção dos fatos relacionados à ciência e aos serviços”, bem como a busca por “garantir notoriedade aos avanços científicos, à tecnologia e à inovação e estimular uma agenda positiva da produção acadêmica” (SECOM, 2023). Para isso, a Secretaria estrutura-se com 32 servidores do quadro permanente da UnB, entre revisores, jornalistas, programadores visuais, técnicos em fotografia, relações públicas, produtores culturais, profissionais da tecnologia da informação e de suporte administrativo.

Estritamente em relação às atividades de comunicação, as equipes estão organizadas em três coordenações: Produção de Conteúdo; Comunicação Visual; Comunicação Institucional. A revista Darcy (FIG. 1), foco da análise deste tópico, situa-se no primeiro segmento, especificamente no Núcleo de Jornalismo Institucional e Científico. Criada em 2009, sua missão é ser fonte de informação sobre o conhecimento produzido pela Universidade de Brasília e de contribuir para democratizar o acesso à ciência e à cultura. Orientada pela visão de ser referência no país como revista de divulgação científica e cultural, a publicação semestral (abril e

⁹ Portal www.unb.br; Páginas institucionais noticias.unb.br, unbciencia.unb.br, revistadarcy.unb.br; Instagram [@unb_oficial](https://www.instagram.com/unb_oficial); Twitter [@unb_oficial](https://twitter.com/unb_oficial); Facebook [@oficialUnB](https://www.facebook.com/oficialUnB).

¹⁰ Confira a estrutura organizacional da UnB: <https://bit.ly/3ZVDkTq>.

¹¹ Em sua página institucional, a Secretaria apresenta sua missão de “informar a comunidade interna e externa sobre atividades de ensino, pesquisa e extensão”, dar “transparência aos atos da administração e aos fatos associados à UnB que produzam efeitos na comunidade acadêmica” e zelar “pela imagem, responsabilidade ética, intelectual e administrativa da instituição”.

setembro) é voltada para toda comunidade da UnB, estudantes do ensino médio do Distrito Federal e para públicos de outras instituições de ensino, pesquisa e cultura.

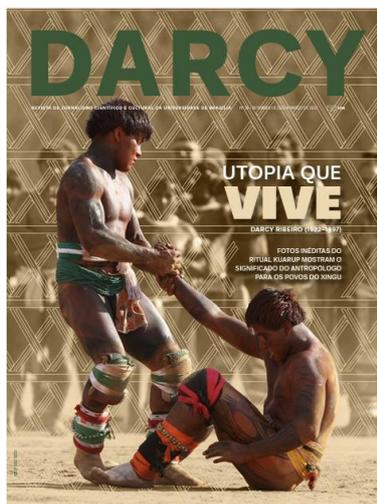


FIGURA 1 – Capa da revista *Darcy* (Edição 28)
FONTE - www.revistadarcy.unb.br.

Atualmente, toda a equipe da Secom participa do processo de produção, publicação e distribuição¹² da revista, mas o periódico conta com o envolvimento integral de duas jornalistas, na função de editoras-chefes, e de um programador visual, editor responsável pela identidade e diagramação de cada edição. A publicação também possui um conselho editorial, hoje formado por 13 membros da comunidade universitária, nomeados pela Reitora. São pesquisadores vinculados à UnB, de diferentes áreas de conhecimento e dos quatro campi da Universidade, além de um representante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e uma representante da sociedade civil. O grupo reúne-se bimestralmente para debater pontos relacionados à produção da revista (sugestões de pautas, temas emergentes, enfoques pertinentes) e a outras atividades (eventos, palestras, cursos, oficinas, visitas, estratégias para aproximação com a comunidade etc.).

¹² Desde 2020, a distribuição da versão impressa da revista *Darcy* está interrompida, situação que deve ser retomada ainda este ano. Todo o conteúdo é disponibilizado para *download* gratuito em: revistadarcy.unb.br.

Do ponto de vista do conteúdo, a revista Darcy preza pela linguagem simples, cujo foco está na construção de textos que possam ser compreendidos por qualquer pessoa, e não só os iniciados no letramento científico. E mais, que os leitores entendam sobre o tema que está sendo retratado, despertando seu interesse e curiosidade sobre a ciência e suas várias áreas de conhecimento. É um processo que necessita de constante aprimoramento, vigilância e criatividade, pois, como já abordado no tópico anterior, é difícil lidar com o “academicês” e com as estruturas rígidas do jornalismo tradicional, sendo que para praticar linguagem simples não é suficiente apenas simplificar o vocabulário. De acordo com Fischer (2022, p.4), o movimento engloba “o planejamento e a organização da informação, a escolha de palavras, a redação de frases e a construção de parágrafos, além de considerar aspectos ligados à usabilidade do texto”. Inclui também o design, a diagramação e, sobretudo, o olhar atento e empático para o leitor, ou seja, em buscar saber o que ele precisa, quer e/ou gosta e como essa informação pode ajudá-lo.

No caso da Darcy, essa orientação passa, por exemplo, pelo processo de construção da pauta, pela articulação dos textos que compõem cada número, pelo apelo visual de uma diagramação criativa, bonita e que ocupa destaque no projeto editorial. Refere-se ainda ao desafio de aproximar os conteúdos técnico-científicos à realidade imediata de quem lê a revista, lançando mão de exemplos, associações, comparações, ilustrações, imagens e até mesmo recursos narrativos e literários na escrita do texto. Em um caso prático, a edição número 20 propõe-se a debater a temática sobre os direitos humanos, tendo como gancho a comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o contexto de desigualdade, discriminação e intolerância que se agravavam no Brasil e no mundo.

O resultado foi estruturado em dois eixos: 1) valorização de enfoques que desvelam como a privação de direitos, sobretudo os fundamentais, afetam o cotidiano de brasileiras e brasileiros; 2) trazer os rostos, ideias, vozes e histórias de pessoas da comunidade universitária para falar sobre as perspectivas diversas que permeiam a pauta. Assim, as reportagens abordam sobre saúde, dignidade, direito à terra, pobreza e as privações pelas quais passam mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+,

populações indígenas, pessoas com deficiência. O conteúdo é transversalizado por relatos que evidenciam como o não reconhecimento social desta pauta afeta diretamente cada cidadã ou cidadão.



FIGURA 2 – Sumário da revista *Darcy* (Edição 20)
FONTE - www.revistadarcy.unb.br.

A edição também foi um marco pois, a partir dela, a equipe começou a produzir conteúdos que extrapolavam o formato impresso da revista, abrindo caminho para a produção multimídia e convergente. À época, gravou-se depoimentos em vídeo¹³ com

¹³ Entrevistas disponíveis em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLzofuon8HP_tNwBrxg-NGGUXuGMw_dj-S

as personagens de destaque da revista, nos quais elas contam sobre as violações de direitos que sofreram dentro e fora da UnB.

A produção de conteúdos multimídia segue sendo um desafio para a revista *Darcy*. O projeto original, elaborado há quase quinze anos, foi estruturado pensando em uma publicação impressa, para ser distribuída fisicamente para a comunidade universitária e também para estudantes de ensino médio das escolas públicas do Distrito Federal. Embora exista o reconhecimento do prestígio e da solidez deste formato, entende-se também a necessidade de se pensar a *Darcy* no cenário atual de convergência e plataformização.

Diferentemente de um produto comercial, que precisa acompanhar as mutações digitais por sobrevivência, a revista enxerga o ambiente digital como mais um instrumento para potencializar o alcance e o diálogo com as pessoas e, conseqüentemente, estreitar os vínculos entre o conhecimento científico e a vida cotidiana. Ocupar os espaços digitais e fortalecer redes on-line de conteúdos de qualidade, baseados na ciência e na problematização de questões estruturais ou emergentes da sociedade torna-se, ainda, ferramenta para o combate à desinformação e contribuem para o exercício da cidadania e do pensamento crítico e emancipador, função das universidades e instituições públicas de ensino e pesquisa. (GERALDES; LOPES; OLIVEIRA, 2020)

Além das dinâmicas institucionais de órgãos públicos, que impõem alguns limites para a celeridade dos processos de modernização de sites e outros serviços de comunicação, uma presença no ambiente digital mais expressiva e eficiente do ponto de vista comunicacional requer aporte de recursos humanos e financeiros, situação nem sempre compatível com a realidade do serviço público, especialmente nas universidades. Todavia, ressalta-se que a construção de uma plataforma digital para agregar os conteúdos de divulgação científica da UnB está em discussão pela Secom, ainda que de forma embrionária.

Frente aos desafios, a revista *Darcy* vem investindo em parcerias com professores de disciplinas da Faculdade de Comunicação da UnB para a produção de

conteúdos. É o caso da exposição *Memória UnB: 60 anos de protagonismo*¹⁴, que originou-se de matéria homônima da edição 27 e transformou-se em exposição fotográfica em dois eventos que ocorreram na Universidade de Brasília: a 74ª Reunião Anual da SBPC e a Semana Universitária, ambas em 2022. Junto à reportagem e à mostra de fotos foram feitas seis produções sonoras imersivas¹⁵, que retratam seis momentos históricos da instituição, em alusão ao seu aniversário de 60 anos. Os áudios são resultado da colaboração entre os projetos de extensão da revista *Darcy*, Comunicação nos 60 anos da UnB, UnBCast e Laboratório de Áudio da Faculdade de Comunicação da UnB. Outro exemplo é a série *Darcy.com*¹⁶, idealizada na disciplina de Técnicas de Jornalismo em Rádio e TV, do curso de Comunicação Organizacional, ministrada pelo professor Elton Bruno Pinheiro.

A revista de jornalismo científico e cultural também retomou, desde 2021, sua atuação enquanto iniciativa de extensão com intuito de democratizar o acesso ao conhecimento científico e estimular a discussão de temas relevantes socialmente, tendo os alunos de escolas públicas como público-alvo. O foco é “contribuir com a educação científica dos secundaristas a partir da incorporação dos conteúdos da *Darcy* nas atividades escolares” (VELOSO; RODRIGUES; SCHNOR, 2022, p. 243). Exemplo é a parceria com o CED 104 do Recanto das Emas, uma escola pública de uma região do Distrito Federal. No colégio, “o projeto tem permitido estimular o uso da *Darcy* como material paradidático, em diálogo com o corpo docente”, onde são “promovidas atividades de extensão junto aos docentes e estudantes, resultando na aproximação da comunidade escolar à Universidade e ao saber científico por ela gerado” (VELOSO; RODRIGUES; SCHNOR, 2022, p. 243).

O projeto também conta com a participação de extensionistas do curso de Jornalismo¹⁷, que contribuem com a produção da revista desde a definição das pautas

¹⁴ Acesse: <https://revistadarcy.unb.br/destaques/193-60-anos-de-protagonismo>.

¹⁵ Episódios: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/unbcast-e-darcy>.

¹⁶ Saiba mais: <https://www.revistadarcy.unb.br/noticias/237-vida-transformacao-e-resistencia>.

¹⁷ Para o ano de 2023, o projeto conta com uma bolsista do curso de Comunicação Organizacional e uma da Ciência da Computação. A revista também foi contemplada com bolsas de extensão do edital Casas Universitárias de Cultura (CUC/DEX) para desenvolver o projeto *Ciência e Cultura com a revista*

ao processo de apuração e escrita de reportagens. Assim, os graduandos entram “em contato com pesquisas científicas e iniciativas de ensino, extensão e cultura promovidas pela UnB” e “aprofundam conhecimentos sobre especificidades da produção jornalística e científica, o que permite a ampliação da bagagem acadêmica e profissional” (VELOSO; RODRIGUES; SCHNOR, 2022, p. 243). Os autores ainda destacam os discentes são supervisionados por profissionais da Secom e pelos coordenadores do projeto, cujas orientações englobam:

(...) escolha e contato com as fontes, realização de entrevistas, seleção de informações para o texto, estruturação do conteúdo jornalístico, proposição de recursos visuais e infográficos para complementar as reportagens. A troca de experiências com os servidores da Secretaria, em avaliações e feedback dos conteúdos elaborados, favorecem o aprendizado profissional e o aprimoramento da escrita jornalística pelos graduandos. (VELOSO; RODRIGUES; SCHNOR, 2022, p. 243)

Com o fortalecimento das ações de extensão e um direcionamento institucional que valoriza as ações da revista e do jornalismo científico e cultural como facilitador do diálogo entre universidade e diferentes públicos, afirma-se que a experiência da *Darcy* cresceu em abrangência e qualidade nos últimos anos, agregando valor aos seus produtos, ampliando a interface entre UnB e sociedade, contribuindo para uma imagem positiva da instituição e da ciência junto à comunidade e ampliando a formação profissional de graduandos da área de Comunicação. Ressalta-se ainda o estreitamento das parcerias com a Faculdade de Comunicação, fundamental tanto em relação à capacidade de produzir conteúdos quanto ao alcance e aos relacionamentos construídos. Como desafios, coloca-se a necessidade de consolidar experiências transmídia, convergentes e capazes de suscitar maior engajamento (adesão e aderência) com os públicos, investir em pesquisas de opinião que trace um perfil sobre as leitoras e leitores da *Darcy* ou sobre o consumo de conteúdo de ciência na UnB e nas escolas públicas do DF, sem esquecer da reformulação do *site* da revista.

Darcy. Participa da ação uma bolsista do curso de Publicidade e Propaganda e uma do curso de Comunicação Organizacional.

4. A comunicação para a prevenção da violência contra as mulheres na UFPB

As universidades são espaços do conhecimento, experimentação, formação, mas também se configuram como ambientes perpetradores de violência contra mulheres, negros, indígenas, pessoas LGBTQIAP+. As mulheres são maioria no ensino superior brasileiro, mas continuam sujeitas a violência, assim como ocorre na sociedade.

Desde 2018, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) conta em sua estrutura administrativa com um setor que atua no enfrentamento à violência contra as mulheres da Universidade. Fruto da luta de discentes, docentes e servidoras técnico-administrativas o Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (CoMu) é uma resposta institucional às demandas das mulheres organizadas, que desde março de 2017 cobravam posicionamento da gestão administrativa.

A CoMu atua no acolhimento, orientação e atendimento de mulheres em situação de violência. Além de promover ações de prevenção nos quatro campi, articulando projetos de extensão e pesquisa, também monitora processos administrativos oriundos dos atendimentos e se articula com a rede de enfrentamento da Paraíba.

Para fins de atuação, o Comitê compreende os mais diversos tipos de violência, não estando restrito apenas àquelas que ocorram nos limites do campus universitário:

(...) física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, institucional e simbólica, que pode se expressar pela falta de segurança vivenciada pelas mulheres; pela precária assistência estudantil e déficits na garantia de estudo e trabalho para as mulheres, especialmente para as mulheres gestantes, mães e deficientes; por um cotidiano de racismo, lesbofobia, bifobia e transfobia; bem como, pela ínfima participação e representação das mulheres nos espaços de poder, especialmente das mulheres negras, LBTs e indígenas (RESOLUÇÃO 26/2018, p. 2)

A prevenção é um dos pilares do trabalho realizado no Comitê. Para tanto, a comunicação institucional foi pensada de forma estratégica para dialogar com as

mulheres da UFPB, provendo de informações e debates sobre violência nas mais diversas esferas. Com a pandemia da Covid-19 as ações de prevenção se intensificaram, pois era premente que as mulheres estariam mais sujeitas a violações dentro de seus lares, sem a possibilidade de buscar ajuda na rede.

Desta feita, a CoMu decidiu por centrar os esforços na produção e veiculação de matérias jornalísticas, posts, vídeos informativos sobre o novo funcionamento de equipamentos da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar da Paraíba, bem como dos serviços disponibilizados pela UFPB. A intenção era prover informação para as mulheres da comunidade universitária, aliado à extensão. Todo o material foi produzido pelas extensionistas dos projetos de extensão, sob orientação da vice-coordenadora à época e responsável pelo Setor de Prevenção.

O material é publicado, principalmente, no site institucional da CoMu. O Instagram é uma ferramenta usada para a chamada dos conteúdos e para vídeos, que posteriormente, são publicados no Youtube. O projeto de extensão também cuidou da divulgação de eventos e atividades da CoMu como a eleição para as conselheiras do Conselho Gestor da CoMu, em outubro de 2021 e de todas as chamadas públicas para as reuniões do órgão. Além do site institucional e do perfil no Instagram, foi criado também um canal no YouTube para veiculação do material audiovisual já produzido.

A atuação nas redes sociais vislumbra também ser porta de entrada para atendimento de mulheres em situação de violência, o que foi de extrema importância durante a pandemia. Ao receber uma mensagem pela primeira vez no perfil, todas foram via Direct, a pessoa responsável se identificava, no caso a vice-coordenadora da CoMu, e era perguntado o número de telefone ou outro canal para que o Setor de Acolhimento pudesse entrar em contato, garantindo o cumprimento do protocolo de atendimento do Comitê. Mensagens que eram apenas sobre dúvidas ou informações alheias à CoMu, estas eram respondidas pela vice-coordenadora.

Pensando uma atuação que prime pela intersecção entre o acolhimento e a prevenção, foi realizado o primeiro evento online da CoMu, intitulado *Violência virtual contra as mulheres na Universidade*. A ideia da ação surgiu da necessidade de

visibilizar violências sofridas por docentes e técnicas administrativas da UFPB em atividades online que tratavam de temas como violência contra as mulheres, Direitos Humanos, sexualidade e raça.

Em 2021, ainda com o ensino remoto, a CoMu foi procurada por docentes e técnicas que relataram invasões de salas virtuais de atividades acadêmicas, seja de ensino, pesquisa, defesas de mestrado, entre outras. Esses atendimentos representaram 15,55% das violências sofridas pelas mulheres da UFPB entre os anos de 2021 e 2022. Além dos encaminhamentos realizados do ponto de vista do enfrentamento, como denúncia junto à Ouvidoria Geral da UFPB e posterior direcionamento ao Ministério Público Federal, o Comitê percebeu a necessidade de tratar o tema com outros atores internos e externos à Universidade, a fim de visibilizar esse tipo de violência. O entendimento era de que os ataques cibernéticos às atividades acadêmicas, com retirada da administração do ambiente virtual, ofensas, ataques e ameaças configuraram como “violação aos Direitos Humanos e ataques à liberdade de cátedra”. (Relatório, 2022, p. 25).

A falta de equipe técnica no Comitê é uma constante desde sua implementação em 2019. Assim, as servidoras técnico-administrativas acumulam funções para além de seus cargos e para garantir que o trabalho seja minimamente realizado, dentro do que preconiza a Resolução 26/2018, é necessário lançar mão de estratégias como os projetos de ensino, extensão e pesquisa. A atuação junto ao tripé da Universidade é também uma forma de envolver a comunidade universitária, que passa a se sentir responsável não só pela manutenção do setor, mas pela promoção de uma cultura acadêmica menos violenta, ou ainda, menos tolerante à violência contra as mulheres. Esse é, talvez, o objetivo maior da CoMu.

5. Considerações finais

As experiências desenvolvidas pelas universidades de Juiz de Fora, Brasília e Paraíba, descritas e analisadas acima, informam que a comunicação pública tem um papel importante a cumprir no enfrentamento de desafios complexos e na

transformação social. Do combate à desinformação e à violência contra mulheres, passando pelo enfrentamento de desigualdades sociais e econômicas que se manifestam também como barreiras de acesso à ciência e à cultura, os desafios postos têm forte interface com a comunicação, especialmente se essa for entendida como um processo eminentemente interativo, de diálogo e participação no espaço público. Orientadas por essa concepção, as universidades têm se engajado na democratização do acesso à informação, na promoção do debate público e na mobilização social.

A adoção de linguagem simples e o uso e experimentação de diferentes mídias para a produção de conteúdos, tão plurais quanto os segmentos do público que se pretende alcançar, têm sido algumas das práticas adotadas pelas universidades nesse exercício. O esforço é, de um lado, produzir conteúdos de ciência e cultura, atrativos, relevantes, acessíveis e adaptados aos diferentes perfis de público, realizando princípios da comunicação pública, como o foco no cidadão, a inclusão e a atenção à pluralidade. De outro, abrir espaços de diálogo, percebendo-se como parte de uma esfera ampliada de comunicação, em permanente interação com a sociedade e deixando-se afetar por ela. A comunicação aproxima-se então da extensão, não no sentido convencional do serviço prestado pela universidade à sociedade, ou da aplicação do conhecimento científico na resolução de problemas, mas sim da relação colaborativa que se pode estabelecer entre universidade e sociedade. Na comunicação, esse processo pode se manifestar na definição de conteúdos por demanda, em processos de coprodução, nos canais de interação e feedback dos cidadãos, mas especialmente na integração do exercício da comunicação em iniciativas de transformação, sejam essas a criação e implementação de um comitê de prevenção e combate à violência contra a mulher, seja o incentivo para que jovens estudantes de ensino médio considerem a universidade como uma possibilidade de futuro.

Para que essa perspectiva se consolide institucionalmente, convém que as universidades possam estabelecer Políticas de Comunicação, baseadas nos princípios da comunicação pública. Sendo assim, a própria construção dessas

políticas deve se dar de forma participativa, integrando os diferentes segmentos das comunidades universitárias, na pactuação de diretrizes, conceitos e objetivos da comunicação. No plano interinstitucional, redes de intercâmbio e colaboração entre universidades também podem desempenhar um papel importante para o reposicionamento público das universidades e sua ressignificação no imaginário social. Articuladas em redes, as universidades podem somar forças e construir ações conjuntas, compartilhar experiências e ampliar a sua incidência na esfera pública, deixando de ser percebidas como espaços de balbúrdia ou inacessíveis a grande parte da sociedade, para se (re)afirmarem como *locus* do exercício da democrático. A comunicação é meio e fim nesse exercício, na medida em que contribui para a transformação e constitui-se em um direito humano fundamental. Diz respeito não apenas ao acesso à informação, mas à diversidade e pluralidade de meios e conteúdos, à participação no debate público e na construção de políticas. Sua garantia é, portanto, condição para o acesso a outros direitos.

Referências

ARAÚJO, Carolina Pires. **Por uma divulgação da ciência**: as políticas públicas e os discursos silenciados. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.

BARBOSA, S.; FIRMINO DASILVA, F.; NOGUEIRA, L. Análise da convergência de conteúdos em produtos jornalísticos com presença multiplataforma. In: **Anais 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor**. Curitiba, novembro 2012. (online), Disponível em: <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/view/1888/230>>.

BRASIL. Universidade Federal da Paraíba. **Conselho Universitário**. Resolução N° 26/2018. Dispõe sobre a criação e a regulamentação do Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres na UFPB (CoMu), órgão assessor da PróReitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC. João Pessoa, 16 de novembro de 2018. Disponível em: https://www.ufpb.br/comu/Resolucao_26_2018.pdf. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

BUENO, W. C. 2010. Comunicação científica e divulgação científica: Aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp., p. 1 - 12.

BUENO, W. C. A Divulgação da Produção Científica no Brasil: A Visibilidade da Pesquisa nos Portais das Universidades Brasileiras. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura** [S.l.], jul. 2014.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36340/22901>.

BUENO, Wilson da Costa. A formação do jornalista científico deve incorporar uma perspectiva crítica. **Diálogos & Ciência**. Ano 10, n. 29, mar. 2012.

CASTELFRANCHI, Y. & FAZIO, M. E. 2020. Comunicación de la ciencia en América Latina: construir derechos, catalizar ciudadanía. Em El estado de la ciencia: principales indicadores de ciencia y tecnología iberoamericanos/interamericanos 2020 (p. 145-156). **Red de Indicadores de Ciencia y Tecnología Iberoamericana e Interamericana** (RICYT). Disponível em: <<http://www.ricyt.org/2020/11/ya-se-encuentra-disponible-el-estadode-la-ciencia-2020>>. Acesso em: 8 fev. 2023.

COMITÊ DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA UFPB. **Relatório de Gestão 2021-2022**. João Pessoa, 2022. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/comu/contents/destaques/publicado-relatorio-de-gestao-2021-2022>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DUARTE, Jorge; Duarte, Marcia Yukiko. Serviço Público, Comunicação e Cidadania. In: NASSAR, Paulo; MARETTI, Eduardo. **Comunicação Pública: por uma prática mais republicana**. São Paulo: Aberje, 2019. p.57-77.

FISCHER, Heloísa. **Linguagem e amor ao outro: contribuições do movimento linguagem simples para uma cultura de solidariedade**. Revista da Cultura Religiosa - PUC Rio, Rio de Janeiro, nº 1, p. 16 - 20, mar. 2022. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/59074/59074.PDF>>. Acesso em 14 abr. 2023.

GERALDES, Elen Cristina; Lopes, Helen; OLIVEIRA, Gisele Pimenta de. Universidade e Comunicação na pandemia: percepções sobre a importância de uma política de comunicação pública. **Anais**. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020.

IRWIN, Alan. 1995. **Citizen Science: A Study of People, Expertise and Sustainable** KUNSCH, M. M. K.; CABRAL, R.; ECHENIQUE, R. H. 2022. Comunicação, Agenda 2030 da ONU e organizações. **Organicom**, 19, n. 39, p. 11-14. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/directbitstream/365715e8-a071-49fb-af00-5f11951e0a26/003107897.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Comunicação Social. **Instrução Normativa Secom-PR nº 5**, de 6 de junho de 2011.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Missão, visão e valores. Disponível em: <https://noticias.unb.br/secom>. Acesso em 15 de abr. de 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional. **Anuário Estatístico 2022 ano-base 2021**. Brasília, novembro de 2022. Disponível em: <https://anuario2022.netlify.app/>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

VELOSO, Serena Gomes; VIEIRA, Vanessa Rodrigues; SCHNOR, Paulo Alziro. Revista Darcy nas escolas: contribuições da extensão universitária para a divulgação científica e a formação discente. In: OLIVEIRA, M. F.; OGERA, A. A. R.; FRANÇA, T. M.. **Extensão Universitária: conquistas e desafios no século XXI**. Anápolis: Editora UEG, 2022. P. 239-250.